

Biden vai descarbonizar

José Eli da Veiga

Valor – quinta 26 de novembro de 2020, p. A19

A criação de um novo cargo de altíssimo nível ministerial para a política climática, somada à escolha de John Kerry para inaugurá-lo, já são bons indícios de que novo impulso à descarbonização estará longe de depender exclusivamente da correlação de forças entre entusiastas e reticentes a um chamado “Green New Deal” no interior do Partido Democrata.

Ao menos três outros fatores determinarão o perfil das políticas climáticas da Casa Branca, a partir de 2021. Antes de tudo, a experiência do próprio Biden, principalmente na vice-presidência do primeiro mandato de Obama. Tão ou mais importantes serão os limites impostos pela oposição parlamentar. Este, porém, um problema que poderá ser muito influenciado pelo terceiro vetor: a posição dos economistas americanos sobre a precificação do carbono.

- 1) Como a prioridade será enfrentar o umbilical desafio pandemia-desemprego, o mais provável é que, em vez de alguma grande iniciativa pró-clima, Biden e Kerry comecem por incluir novas medidas descarbonizadoras em sua primeira proposta legislativa de caráter sanitário-econômico (além - é claro - de logo anularem o conjunto de decretos e portarias antiambientais de Trump).

Foi o que deu bons resultados, desde o início de 2009, quando muitos estímulos a investimentos em energias renováveis foram embutidos no terceiro lote da “Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento”. Ao lado de gastos tradicionais de infraestrutura, surgiram subsídios para usinas de energia solar e eólica, produção de etanol, tecnologias sem carvão e energia nuclear, sempre com vistas, não só à geração de empregos, mas, também, a uma maior competitividade da economia americana.

Nem tudo deu certo, como bem testemunha o fiasco da fabricante de painéis solares Solyndra, responsável por um calote de US\$ 535 milhões. Mas, foi bem positivo o balanço geral, explica Barack Obama, no capítulo 21 de seu recém-lançado *Uma terra prometida* (Companhia de Letras, 2020).

- 2) Biden não pode contar com fácil aprovação de algo similar à “Lei de Recuperação”, pois aumentou muito o poder da ferrenha oposição parlamentar. Mesmo na hipótese de dupla vitória democrata na Geórgia, a bancada republicana no Senado continuará em condições de sistemática obstrução. Por isso, será essencial conseguir oferecer vantagens aos eleitores republicanos que possam vir a pressionar seus representantes a amenizar, por oportunismo eleitoral, suas retrógradas motivações político-ideológicas. Uma engenharia bem delicada, mas possível de ser conquistada pela atitude que vierem a adotar os economistas mais conservadores.

O governo Obama foi muito influenciado pelo simplismo que rejeitava qualquer tipo de taxaço do carbono, em nome de uma suposta superioridade de futuros mercados para transações de direitos de emit-lo. Esta fórmula - do “cap and trade” - foi o mantra de larga maioria dos economistas americanos em eficiente cruzada contra o uso de instrumento tributário em favor do imprescindível surgimento de preços para o carbono.

Nada melhor do que o depoimento do próprio Obama para se avaliar o grau de persuasão de tamanho engodo. “Alguns economistas achavam que era mais simples, por exemplo, impor um ‘imposto sobre o carbono’ sobre todos os combustíveis fósseis, desencorajando seu uso ao torna-los mais caros”. Esta é a única menção à proposta, em meio a extensas explicações bem didáticas sobre as virtudes do “cap and trade”. Pior: se até tão tímido paliativo era rejeitado pelos republicanos, só poderia mesmo parecer totalmente irrealista dar bola a “alguns economistas” simpáticos ao instrumento tributário.

- 3) De lá para cá, a mudança foi da água para o vinho. É recomendável uma espiada na mais ampla declaração pública de economistas já feita na história: o “Economists’s Statement on Carbon Dividends”. Publicada em 17 de janeiro de 2019, no “Wall Street Journal”, trouxe nada menos do que 3.589 assinaturas, entre as quais as de 28 prêmios Nobel, quinze ex-presidentes do “Council of Economic Advisers” e quatro ex-presidentes do “Federal Reserve”. Com destaque para a liderança de Jannet Yellen, a próxima titular do Tesouro. Segue a mesma linha tudo o que tem sido publicado pelas duas principais organizações internacionais pró-taxação: o Banco Mundial e o FMI.

Hoje, mesmo os mais birrentos economistas conservadores reconhecem a inevitabilidade de impostos sobre o carbono como “solução parcial”, enquanto destrincham os efeitos mais palpáveis dos subsídios dados às energias solar e eólica, às baterias de carros elétricos e aos biocombustíveis. Simultaneamente, a “High-Level Commission on Carbon Prices” discute com os especialistas do FMI quais deveriam ser os preços da tonelada de carbono em situações tão contrastantes quanto as dos Estados Unidos e do Reino Unido quando comparadas às da Austrália e do Canadá.

Em suma, por mais importância que possam ter, as lutas intestinas do Partido Democrata estarão bem longe de poder definir a dinâmica da descarbonização da economia dos EUA nos próximos quatro anos.